

Opinião Econômica

Bráulio Borges

Doutorando em economia da FGV EESP, mestre em economia na FEA-USP, é diretor da LCA Consultores e pesquisador-associado do FGV Ibre

banrisul

Um freio de arrumação para 2027

Arrumar a casa agora é a forma de garantir que o País cresça mais, com menos juros e inflação

O Brasil chega ao fim de 2026 com uma combinação incômoda: crescimento razoável, desemprego baixo e, ainda assim, uma trajetória fiscal que não fecha. A dívida bruta do governo geral subiu cerca de 10 pontos percentuais do PIB num período em que a economia cresceu perto de 2,7% ao ano (ou 2,3% a.a. em termos per capita, percentual que não é muito diferente daquele observado em 2004-2014, já que lá a população crescia bem mais).

Não houve pandemia, recessão ou choque externo que justificasse o salto. Daí a necessidade de um "freio de arrumação" em 2027, para dar sustentabilidade ao desenvolvimento do país até o fim da década. E o passo inicial é rearranjar a política fiscal. O diagnóstico tem dois pilares. O primeiro é aritmético: o déficit primário, embora esteja baixo (cerca de -0,5% do PIB), segue aquém do necessário para estabilizar a dívida, algo mais próximo de um superávit de 1,5% a 2% do PIB. Não custa lembrar que, no começo de 2023, o governo atual prometeu entregar um superávit de 1,0% em 2026. Quando essa promessa foi abandonada, em meados de 2024, a percepção de risco fiscal piorou muito.

O segundo pilar é a qualidade da política macroeconômica. Desde 2024, a política fiscal tem sido pró-cíclica, estimulando a demanda com uma economia que opera com algum grau de superaquecimento. Num regime de metas de inflação, a conta desse descompasso recai sobre o Banco Central. O resultado é perverso: juros reais altos encarecem a dívida, que cresce mais, o que exige juros ainda mais altos. É como dirigir com um pé no acelerador e outro no freio -gasta-se muito combustível para andar pouco.

Nesse contexto, um ajuste fiscal é condição necessária para migrarmos para um equilíbrio macroeconômico mais saudável, com juros reais menores e dívida pública estável. Basta que o governo cumpra, sem contabilidade criativa, as metas indicativas que ele mesmo apresentou no PLOA 2027: um superávit primário de 0,5% no ano que vem, caminhando para 1,5% em 2030.

Há muitas formas de fazê-lo, mas a experiência de ajustes bem-sucedidos -que são aqueles que não impactam muito o crescimento e estabilizam ou reduzem a dívida/PIB- aponta para pacotes que combinam medidas de receita e de despesa. Será inevitável, portanto, reduzir o crescimento de alguns gastos.

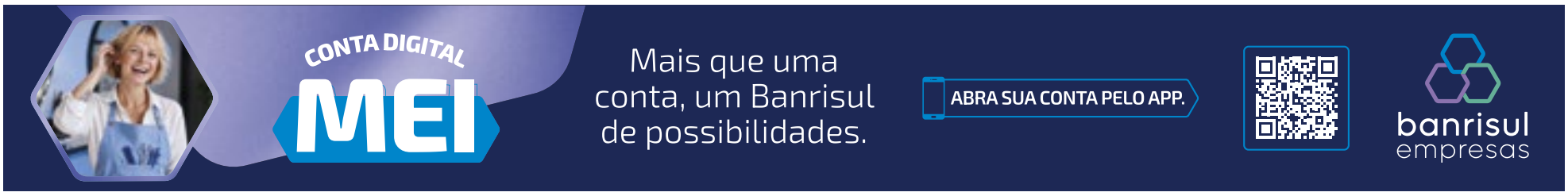
Limitar despesas, porém, não é sinônimo de redução de direitos sociais -como muitos mais à esquerda colocam. Há uma lista extensa de despesas que podem ser reduzidas ou cortadas sem piorar o bem-estar de boa parte da população, sobretudo dos mais pobres. Os supersalários no serviço público, que driblam o teto constitucional por meio de penduricalhos. As emendas parlamentares, que cresceram de forma expressiva e têm baixa qualidade alocativa. No Bolsa Família, o montante atípico de famílias unipessoais sugere distorções de cadastro que precisam ser corrigidas. Também há muitos indícios de fraudes na aposentadoria rural e no auxílio-doença.

Pelo lado das receitas, rever e reduzir gastos tributários e regimes especiais que beneficiam sobretudo o topo da distribuição segue a mesma lógica. Usar boa parte do crescimento expressivo esperado das receitas com exploração de petróleo até o começo da década de 2030 para melhorar o resultado primário também parece ser uma boa ideia.

Estados e municípios não podem ficar de fora: deveriam dar uma contribuição importante para o superávit primário, como em 1999-2004.

O ano de 2027, primeiro de um novo mandato, é a janela natural para essa arrumação. Adiá-la significa conviver com juros altos, crescimento menor e uma dívida que, pelas projeções de mercado, pode superar 90% do PIB em 2028.

Arrumar a casa agora não é austeridade pela austeridade: é a forma de garantir que o país cresça mais, com menos juros e inflação e mais espaço para as políticas sociais que realmente importam.



Rio Grande do Sul soma 4,2 milhões de inadimplentes

/ ENDIVIDAMENTO

Em meio ao avanço da inadimplência no Brasil, que atingiu a marca histórica de 84,2 milhões de pessoas com contas em atraso, a Serasa anunciou o Feirão Limpa Nome, mutirão que reúne mais de 3,3 mil empresas parceiras que disponibilizarão descontos de até 99% nas negociações.

A iniciativa chega em um momento crítico para o orçamento das famílias: segundo o Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas da Serasa, 51,1% da população adulta brasileira está inadimplente, o maior percentual registrado desde o início da série histórica, em 2016.

O levantamento, referente a setembro, revela que o País acumula R$ 597,4 bilhões em dívidas, montante 0,90% superior ao registrado em agosto. O valor médio devido por consumidor também avançou, chegando a R$ 7.093,83, equivalente a aproximadamente 4,4 salários-mínimos.

Além do recorde no número de inadimplentes, o levantamento revela mudanças na composição das dívidas dos brasileiros. Bancos e cartões de crédito seguem como os principais responsáveis pelos débitos, concentrando 27,16% do total. Pela primeira vez, porém, as financeiras assumiram a segunda posição no ranking, passando de 20,14% para 20,66% de participação.

Com isso, ultrapassaram as contas básicas de água, luz e gás, que recuaram de 20,71% para 20,32% no período. O movimento evidencia uma mudança no perfil da inadimplência, com o avanço da participação das dívidas junto a instituições financeiras.

No Rio Grande do Sul, 4,2 milhões de consumidores estão inadimplentes, o que representa 47,21% da população adulta gaúcha. Juntos esses consumidores devem mais de R$ 35,4 bilhões, sendo que o tíquete médio por inadimplente é de R$ 8.446,90. Em relação ao mês de agosto, o crescimento de inadimplentes foi de 0,67%.

Bancos e cartões de crédito seguem como os principais responsáveis pelos débitos, concentrando 26,8% do total. As financeiras ocupam a segunda posição no ranking com 19,8%, e em terceiro lugar ficam os serviços, com 13,7%.

A faixa etária com maior número de pessoas com contas atrasadas é a de consumidores com idade entre 41 e 60 anos (34,5%), seguida de pessoas com idade entre 26 e 40 anos (31,8%) e os acima de 60 anos, que representam 23,2% dos devedores. Quanto à divisão por gênero, 50% dos inadimplentes são homens e 50% mulheres.

Em Porto Alegre são 601.621 inadimplentes, que juntos devem R$ 5,3 bilhões, sendo que a dívida média por consumidor é de R$ 8.887,61.

Diante do cenário de endividamento recorde, a 36ª edição do Feirão Serasa Limpa Nome amplia as possibilidades de renegociação para milhões de brasileiros que buscam recuperar o controle da vida financeira.

LUIZA PRADO/JC



Serasa lançou Feirão Limpa Nome com descontos de até 99% nas negociações

Neste ano, o mutirão contará com o número recorde de 3,3 mil empresas parceiras e disponibilizará mais de 750 milhões de ofertas de negociação, volume 14% superior ao da edição realizada no mesmo período do ano passado. Os consumidores poderão encontrar descontos de até 99% e, nas dívidas elegíveis, garantir o nome limpo na hora após o pagamento do acordo via Pix.

A dimensão da iniciativa também reflete a procura dos brasileiros por alternativas para regularizar suas pendências financeiras. Somente na última edição do Feirão, foram fechados mais de 10,2 milhões de acordos em todo o País.

A iniciativa ocorrerá até às 23h59min do dia 6 de dezembro, consumidores de todo o País podem consultar os canais oficiais da Serasa e negociar com descontos de forma online.